



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 325.651 - PR (2013/0131232-0)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : RAQUEL LUIZ FARIAS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

PENAL. AGRADO REGIMENTAL. CRIME DE DESCAMINHO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. ART. 20 DA LEI N. 10.522/2002. VALOR SUPERIOR A DEZ MIL REAIS. PORTARIA MF N. 75/2002. INAPLICABILIDADE.

1. A Terceira Seção desta Corte possui entendimento de que, no crime de descaminho, o princípio da insignificância somente afasta a tipicidade da conduta se o valor dos tributos devidos não ultrapassar a quantia de dez mil reais, estabelecida no art. 20 da Lei n. 10.522/2002, sendo certo que a Portaria MF 75/2012, por não possuir força legal, não tem o condão de modificar tal patamar, nem de retroagir para alcançar delitos praticados em data anterior à sua vigência.

2. Na hipótese, a ré iludiu o pagamento de tributos devidos pela entrada de mercadorias estrangeiras, no valor de R\$ 13.174,56, circunstância que impede o reconhecimento da atipicidade material da conduta.

3. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da QUINTA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental. Os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas, Felix Fischer e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 10 de novembro de 2015 (Data do julgamento).

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 325.651 - PR (2013/0131232-0)

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO GURGEL DE FARIA (Relator):

Trata-se de agravo regimental interposto por RAQUEL LUIZ FARIAS contra decisão de minha lavra, proferida às fls. 365/367, que deu provimento ao recurso especial do Ministério Público para afastar o princípio da insignificância e determinar o prosseguimento da ação penal.

A agravante sustenta ser possível a incidência do referido instituto, com fundamento na Portaria n. 75 do Ministério da Fazenda, que estabeleceu o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) como critério de irrelevância administrativa, sendo este montante, portanto, o parâmetro adotado para fins de aferição da insignificância no crime de descaminho.

Alega que o posicionamento adotado nesta Corte de Justiça vai de encontro a recentes julgados do Supremo Tribunal Federal, nos quais se admite a possibilidade de retroatividade da referida portaria, por constituir norma mais benéfica.

É o relatório.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 325.651 - PR (2013/0131232-0)

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO GURGEL DE FARIA (Relator):

A decisão agravada encontra-se em consonância com a orientação do Superior Tribunal de Justiça, motivo pelo qual deve ser mantida por seus próprios fundamentos, os quais submeto a este Órgão colegiado:

Trata-se de agravo interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL contra decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que não admitiu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal.

Consta dos autos que a recorrida foi denunciada como incurso no art. 334, *caput*, do Código Penal, por ter iludido, no dia 05/04/2009, o pagamento de tributos devidos, no valor de R\$ 13.174,56 (treze mil, cento e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), pela entrada de mercadoria estrangeira no país.

O Magistrado de primeiro grau absolveu sumariamente a acusada aplicando o princípio da insignificância, com fundamento no artigo 397, inciso III, do Código de Processo Penal. Inconformada, a acusação interpôs apelação, à qual se negou provimento.

No presente recurso especial, o *Parquet* alega negativa de vigência aos arts. 2º, 3º e 334 do Código Penal, bem como ao art. 20 da Lei n. 10.522/02, com a redação dada pela Lei n. 11.033/04, ao argumento de não ser possível a aplicação do princípio da insignificância ao delito de descaminho nas hipóteses de reiteração delitiva.

Sustenta, ainda, ser incabível a aplicação do princípio da retroatividade da lei penal mais benigna, no que tange à alteração introduzida pela Portaria n. 75/2012, que estabeleceu o parâmetro de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Contrarrazões às fls. 96/110.

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso (fls. 130/132).

Passo a decidir.

A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o Recurso Especial Representativo de Controvérsia 1.112.748/TO, firmou entendimento no sentido de que deve ser adotado o parâmetro de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) previsto no artigo 20 da Lei nº 10.522/02, para fins de aplicação do princípio da insignificância.

A questão veio a ser novamente debatida no julgamento dos REsp 1.393.317/PR e 1.401.424/PR, ocasião em que se afastou a aplicação do valor de R\$ 20.000,00 (vinte e mil reais) previsto na Portaria n. 75/2012 do Ministério da Fazenda como parâmetro para incidência do princípio da bagatela, ratificando-se a orientação jurisprudencial perfilhada por ambas as Turmas de Direito Penal desta Corte.

O aludido acórdão guardou a seguinte ementa:

RECURSO ESPECIAL. DESCAMINHO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. VALOR DO TRIBUTO ILUDIDO. PARÂMETRO DE R\$ 10.000,00. ELEVAÇÃO DO TETO, POR MEIO DE PORTARIA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, PARA R\$ 20.000,00. INSTRUMENTO NORMATIVO INDEVIDO.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

FRAGMENTARIEDADE E SUBSIDIARIEDADE DO DIREITO PENAL. INAPLICABILIDADE. LEI PENAL MAIS BENIGNA. NÃO INCIDÊNCIA. RECURSO PROVIDO.

1. Soa imponderável, contrária à razão e avessa ao senso comum tese jurídica que, apoiada em mera opção de política administrativo-fiscal, movida por interesses estatais conectados à conveniência, à economicidade e à eficiência administrativas, acaba por subordinar o exercício da jurisdição penal à iniciativa da autoridade fazendária. Sobrelevam, assim, as conveniências administrativo-fiscais do Procurador da Fazenda Nacional, que, ao promover o arquivamento, sem baixa na distribuição, dos autos das execuções fiscais de débitos inscritos como Dívida Ativa da União, de valor consolidado igual ou inferior a R\$ 10.000,00, impõe, mercê da elástica interpretação dada pela jurisprudência dos tribunais superiores, o que a Polícia deve investigar, o que o Ministério Público deve acusar e, o que é mais grave, o que - e como - o Judiciário deve julgar.

2. Semelhante esforço interpretativo, a par de materializar, entre os jurisdicionados, tratamento penal desigual e desproporcional, se considerada a jurisprudência usualmente aplicável aos autores de crimes contra o patrimônio, consubstancia, na prática, sistemática impunidade de autores de crimes graves, decorrentes de burla ao pagamento de tributos devidos em virtude de importação clandestina de mercadorias, amiúde associada a outras ilicitudes graves (como corrupção, ativa e passiva, e prevaricação) e que importam em considerável prejuízo ao erário e, indiretamente, à coletividade.

3. Sem embargo, o Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o Recurso Especial Representativo de Controvérsia n. 1.112.748/TO, rendeu-se ao entendimento firmado no Supremo Tribunal Federal no sentido de que incide o princípio da insignificância no crime de descaminho quando o valor dos tributos iludidos não ultrapassar o montante de R\$ 10.000,00, de acordo com o disposto no art. 20 da Lei n. 10.522/2002. Ressalva pessoal do relator. 4. A partir da Lei n. 10.522/2002, o Ministro da Fazenda não tem mais autorização para, por meio de simples portaria, alterar o valor definido como teto para o arquivamento de execução fiscal sem baixa na distribuição. E a Portaria MF n. 75/2012, que fixa, para aquele fim, o novo valor de R\$ 20.000,00 - o qual acentua ainda mais a absurdidade da incidência do princípio da insignificância penal, mormente se considerados os critérios usualmente invocados pela jurisprudência do STF para regular hipóteses de crimes contra o patrimônio - **não retroage para alcançar delitos de descaminho praticados em data anterior à vigência da referida portaria, porquanto não é esta equiparada a lei penal, em sentido estrito, que pudesse, sob tal natureza, reclamar a retroatividade benéfica, conforme disposto no art. 2º, parágrafo único, do CPP.**

5. Recurso especial provido, para, configurada a contrariedade do acórdão impugnado aos arts. 3º e 334 do Código Penal e art. 20 da Lei n. 10.522/2002, cassar o acórdão e a sentença absolutória prolatados na origem e, por conseguinte, determinar o prosseguimento da ação penal movida contra o recorrido (REsp 1393317/PR, Relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, S3 - TERCEIRA SEÇÃO, DJe 02/12/2014). Grifos acrescidos

No caso, o valor do tributo federal iludido, com a entrada das mercadorias estrangeiras no território nacional, alcança R\$ R\$ 13.174,56 (treze mil, cento e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos). Nesse contexto, observa-se que o acórdão hostilizado encontra-se em desacordo com a jurisprudência desta Corte de Justiça, tendo em vista que se baseou na Portaria n. 75 do Ministério da Fazenda para aplicar o princípio da bagatela.

Ante o exposto, com fundamento no art. 544, § 4º, II, "c", do Código de Processo Civil c/c o art. 3º do Código de Processo Penal, CONHEÇO do agravo para DAR PROVIMENTO ao recurso especial a fim de reformar o acórdão



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

atacado, determinando o retorno dos autos à origem para prosseguimento da ação penal movida contra a recorrida.

A título de reforço, cito precedentes recentes das Turmas que compõem a Terceira Seção:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DESCAMINHO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. TRIBUTOS QUE ULTRAPASSAM O VALOR PREVISTO NO ARTIGO 20 DA LEI N. 10.522/02. INAPLICABILIDADE. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. Esta Corte Superior de Justiça, no âmbito da Terceira Seção, por ocasião do julgamento do REsp 1.393.317/PR, firmou entendimento no sentido de que o reconhecimento do princípio da insignificância no delito de descaminho está adstrito ao valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) previsto no artigo 20 da Lei n. 10.522/02.

2. A Portaria n. 75, de 22 de março de 2012, do Ministério da Fazenda, por se tratar de ato administrativo normativo, não tem o condão de revogar conteúdo de lei ordinária em sentido estrito.

3. Na hipótese, o valor do tributo iludido com a introdução clandestina de produtos de origem estrangeira pelo agravante em território nacional foi avaliado em R\$ 14.962,72 (catorze mil, novecentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos), circunstância que impede o reconhecimento da atipicidade material da conduta.

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1474345/MS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 07/04/2015, DJe 15/04/2015)

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DESCAMINHO. HABITUALIDADE DELITIVA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO INCIDÊNCIA. PARÂMETRO: VALOR PREVISTO NO ART. 20 DA LEI N. 10.522/2002. INAPLICABILIDADE DA PORTARIA/MF N. 75/2012. AGRAVO DESPROVIDO.

I - Nos termos da jurisprudência desta Corte, é incabível a aplicação do princípio da insignificância em casos como o dos autos, quando constatada a habitualidade delitiva nos crimes de descaminho, configurada pela multiplicidade de procedimentos administrativos, ações penais ou inquéritos policiais em curso. Precedentes.

II - O parâmetro considerado para a aplicação do princípio da insignificância no crime de descaminho é o valor de R \$10.000,00(dez mil reais) fixado no art. 20 da Lei n. 10.522/2002, e não o previsto na Portaria n. 75/2012 do Ministério da Fazenda - MF. Precedente da Terceira Seção.

III - Decisão agravada que deve ser mantida por seus próprios fundamentos, uma vez que as razões do agravo regimental não cuidam de infirmar os fundamentos da decisão recorrida.

IV - Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1511445/RS, Rel. Ministro ERICSON MARANHÃO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 24/03/2015, DJe 09/04/2015)

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo regimental.

É como voto.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CERTIDÃO DE JULGAMENTO QUINTA TURMA

Número Registro: 2013/0131232-0

AgRg no
AREsp 325.651 / PR
MATÉRIA CRIMINAL

Números Origem: 15898220104047002 50017705120114047002 50042702420114047121 77210 7722010
PR-00015897220104047002 PR-50017705120114047002 RS-50042702420114047121

EM MESA

JULGADO: 10/11/2015

Relator

Exmo. Sr. Ministro **GURGEL DE FARIA**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **FELIX FISCHER**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **FRANCISCO DE ASSIS VIEIRA SANSEVERINO**

Secretário

Bel. **MARCELO PEREIRA CRUVINEL**

AUTUAÇÃO

AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : RAQUEL LUIZ FARIAS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral -
Contrabando ou descaminho

AGRAVO REGIMENTAL

AGRAVANTE : RAQUEL LUIZ FARIAS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia QUINTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental."

Os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas, Felix Fischer e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator.